

Estudo Técnico Preliminar 13/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08270.004374/2025-92

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada, para Reforma do 3º Andar do Edifício do BACEN - Banco Central, em Fortaleza/CE. A necessidade de contratação em geral é dividida em três aspectos: funcional, técnico e normativo.

2.1.1. **Aspecto Funcional** - Necessidade de adequado funcionamento dos sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus propósitos fins:

2.1.1.1. O Estado Democrático deve assegurar ao cidadão (brasileiro ou estrangeiro) residente no país, o respeito a sua integridade física e patrimonial. Para cumprir essa função, o Estado-Administração tem a sua disposição os órgãos policiais, que também podem ser denominados Forças de Segurança. Os agentes policiais atuam na preservação da ordem pública em seus diversos aspectos, garantindo aos administrados os direitos assegurados pela Constituição Federal.

2.1.1.2. Segundo o art. 144, caput, CF, “A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia Federal;

II - Polícia Rodoviária Federal;

III - Polícia Ferroviária Federal;

IV - Polícias Civis;

V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros militares”.

2.1.1.3. A Polícia Federal merece especial atenção, pois diferente das outras forças policiais ela exerce com exclusividade o papel de Polícia Judiciária da União, aumentando então sua responsabilidade como agente central da democracia.

2.1.1.4. A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.

2.1.1.5. O objeto desta licitação é a contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução da Reforma e Adequação do 3º Andar do Edifício do Banco Central do Brasil no Ceará.

2.1.1.6. As dependências daquele edifício foram utilizadas por diversas delegacias deste Órgão, sendo que as atividades foram finalizadas neste ano de 2025, e, para a devolução das salas, será necessária a reforma a fim de que se encontrem adequadas para a utilização em novas atividades daquele órgão.

2.1.2. **Aspecto Técnico** – A contratação visa atender aos requisitos tecnológicos do órgão.

2.1.2.1. A Polícia Federal utiliza vários sistemas, máquinas e equipamentos que apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Entre estes sistemas estão as instalações elétricas e civis (nobreaks, gerador, aparelhos de ar

condicionados, computadores, servidores, exaustores, CFTV, automação, instalações hidráulicas, etc) que devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.

2.1.2.2. É imprescindível a preservação e conservação das características de funcionamento, segurança, conforto ambiental e higiene, necessários para a continuidade das atividades do órgão.

2.1.2.3. A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão, mau funcionamento do sistema, ineficiência energética, além de acidentes com vítimas.

2.1.2.4. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de adequação, recuperação e ampliação no sistemas citados, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novos aparelhos de ar condicionado e pontos elétricos.

2.1.2.5. Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação em tela, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, instalações, sistemas e equipamentos, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa nº 40/2020-MPOG.

2.1.3. **Aspecto Normativo** - Necessidade da contratação para atender as normas e legislação existentes, onde podemos destacar:

2.1.3.1. NBR 11706/2004: norma técnica que define padrões para vidros na construção civil;

2.1.3.2. NBR 13531/1995: trata sobre a elaboração de projetos de edificações;

2.1.3.3. NBR 14037/1998: diz respeito à operação, uso e manutenção de edificações;

2.1.3.4. NBR 13867/1997: fala sobre o revestimento interno de paredes e tetos com pasta de gesso;

2.1.3.5. NBR 15965-3/2014: define o sistema de classificação da informação da construção e processos da construção;

2.1.3.6. NBR 16280/2015: apresenta regras e condições para reformas em edificações;

2.1.3.7. NBR 16337/2014: fornece princípios e diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos em projetos;

2.1.3.8. NBR 16366/2015: discorre sobre a qualificação e perfil de profissionais telhadistas para a construção civil;

2.1.3.9. NBR 5410/2008 : estipula condições para instalações elétricas prediais de baixa tensão;

2.1.3.10. NBR 5626/1988: está relacionada à hidráulica e diz respeito às instalações prediais de água fria;

2.1.3.11. NBR 5688/1999: também relacionada à hidráulica, esta NBR versa sobre o sistema predial de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação;

2.1.3.12. NBR 6118/2014: refere-se aos projetos de estruturas de concreto;

2.1.3.13. NBR 6122/1996: diz respeito ao projeto e à execução de fundações;

2.1.3.14. NBR 6135/1992: relacionada à segurança, esta NBR trata de chuveiros automáticos para a extinção de incêndios;

2.1.3.15. NBR 7678/1983: oferece orientações para garantir a segurança dos trabalhadores em obras;

2.1.3.16. NBR 8953/2015: estabelece a classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência de concreto para fins estruturais;

2.1.3.17. NBR 9077/2001: fornece orientações para saídas de emergência em edificações;

2.1.3.18. NBR 9050/2004: aborda sobre acessibilidade à edificações, mobiliários equipamentos e espaços urbanos. 2.2. Documento de Formalização da Demanda

2.2. O pleito foi motivado por meio de Documento de Formalização da Demanda (DFD), incluído no SEI sob o nº 40800951 e 40827967.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/CE	GLAYDSON MINEIRO AZEVEDO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada, para Reforma do 3º Andar do Edifício do Banco Central, em Fortaleza/CE, conforme condições previstas no termo de referência e seus anexos.

4.2. Natureza da Contratação:

4.2.1. Pela natureza do objeto desta Contratação, o serviço é classificado como não continuado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no Capítulo V, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Duração Inicial do Contrato:

4.3.1. O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses, contados da assinatura da Ordem de Serviço (OS), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

4.4. Práticas de Sustentabilidade:

4.4.1. A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

4.4.2. Neste contexto, de acordo com o capítulo II da SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de serviços e obras de engenharia devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I - uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II - automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III - uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV - energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V - sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI - sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII - aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII - utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

IX - comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

4.4.3. Assim, a empresa contratada deverá valer-se ainda das seguintes normas e diretrizes:

4.4.3.1. Normas ABNT para sustentabilidade:

- a) ABNT ISO/TR 14062:2004;
- b) ABNT NBR 16001:2012;
- c) ABNT NBR ISO 10002:2005;
- d) ABNT NBR ISO 10014:2008;
- e) ABNT NBR ISO 14001:2015;
- f) ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014;
- g) ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014;
- h) ABNT NBR ISO 26000:2010;
- i) ABNT NBR ISO 31000:2009;
- j) ABNT NBR ISO 50001:2011;
- k) ABNT NBR ISO 9001:2015;
- l) ABNT NBR ISO 9004:2010 Versão Corrigida:2010;

4.4.3.2. Legislação Ambiental e correlatas:

- a) Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- b) Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima;
- c) Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- d) Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- e) Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;
- f) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funciona;
- g) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- h) Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal;
- i) Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;

j) Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;

k) Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Proíbe o uso de amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública;

l) Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

4.4.4. A empresa contratada deverá ainda, esclarecer e justificar, quando necessário, sobre:

4.4.4.1. A possibilidade de reutilizar ou redimensionar material já existente ou proveniente do desfazimento;

4.4.4.2. A utilização de matéria prima florestal com procedência verificada nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006;

4.4.4.3. A utilização de agregados reciclados que compõem os materiais, máquinas ou equipamentos que vierem a ser adquiridos;

4.4.4.4. Aos procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos em norma.

4.5. Transição Contratual:

4.5.1. Não se aplica ao contexto desta contratação.

4.6. Relevância dos requisitos estipulados:

4.6.1. A solução de serviços cuja contratação se pretende não possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, enquadrando-se, assim, na definição legal de obra de engenharia (inciso XII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021).

4.6.1.1. Considerando o art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, a seleção da empresa que prestará o serviço à Polícia Federal poderá ocorrer por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação.

4.6.2. Nas hipóteses contidas no Artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, há a previsão de Dispensa de Licitação para *"I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), no caso de **obras e serviços de engenharia** ou de serviços de manutenção de veículos automotores"*. (Vide Decreto nº 12.343, de 2024) (grifo nosso)

4.6.3. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para a Reforma da edificação existente, se enquadrando, portanto, no conceito de obra de engenharia, conforme já exposto anteriormente.

4.6.4. Ainda nessa linha de raciocínio, e, considerando que o custo total estimado para a execução do objeto desta licitação é de R\$ 67.874,02 (sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e dois centavos), conforme item 9 deste documento, conclui-se que a modalidade a ser adotada para a presente licitação é a Dispensa Eletrônica de Licitação.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

5.2. Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

5.3. Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

5.4. O gerenciamento de um projeto de grande porte é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).

5.5. Com base nisso vale destacar algumas modalidades de contrato, conforme exposto a seguir.

5.5.1. Design-Bid-Build (DBB):

5.5.1.1. De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o start-up e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação.

5.5.1.2. O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e projeto básico; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto.

5.5.1.3. É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, cujo vencedor é aquele de menor preço.

5.5.2. Design-Build (DB):

5.5.2.1. Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB.

5.5.2.2. Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção.

5.5.2.3. Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar

o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações.

5.5.2.4. Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos.

5.5.3. Engineer-at-Risk (EAR):

5.5.3.1. A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR.

5.5.3.2. As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

5.5.4. Design-Build-Operate (DBO)

5.5.4.1. Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo.

5.5.4.2. O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento.

5.5.4.3. A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto.

5.5.4.4. As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

5.5.5. Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)

5.5.5.1. Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida.

5.5.5.2. O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo “take-or-pay”, ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT.

5.5.5.3. As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

5.5.6. Engineering, Procurement, Construction (EPC)

5.5.6.1. Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada).

5.5.6.2. Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global).

5.5.6.3. Segundo Wade (2005), para a Fédération International des Ingénieurs Conseils (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características:

a) a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada; o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta; a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (turnkey); o contrato é do tipo preço global.

5.5.6.4. Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores. Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado, a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto.

5.5.6.5. Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações:

1. apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do projeto básico e/ou executivo e serviços correlatos, tais como

sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante;

2. as partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

5.5.6.6. Em razão de se tratar de uma obra nova onde os projetos executivos foram elaborados por empresa contratada, optou-se pela contratação da construção da obra como forma de tornar o processo mais ágil e vantajoso a administração. Portanto, a modalidade que se aplica nesta licitação é Engineer-at-Risk (EAR).

5.5.6.7. A solução, portanto, é a contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura para execução da obra com base nos projetos executivos já elaborados em etapa anterior por empresa contratada para tal finalidade.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada, para Reforma do 3º Andar do Edifício do Banco Central, em Fortaleza/CE, conforme condições previstas no termo de referência e seus anexos.

6.2. Natureza da Contratação:

6.2.1. Pela natureza do objeto desta Contratação, o serviço é classificado como não continuado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no Capítulo V, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Duração Inicial do Contrato:

6.3.1. O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses, contados da assinatura da Ordem de Serviço (OS), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

6.4. Práticas de Sustentabilidade:

6.4.1. A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

6.4.2. Neste contexto, de acordo com o capítulo II da SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de serviços e obras de engenharia devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I - uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II - automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III - uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV - energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V - sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI - sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII - aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII - utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

IX - comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

6.4.3. Assim, a empresa contratada deverá valer-se ainda das seguintes normas e diretrizes:

6.4.3.1. Normas ABNT para sustentabilidade:

- a) ABNT ISO/TR 14062:2004;
- b) ABNT NBR 16001:2012;
- c) ABNT NBR ISO 10002:2005;
- d) ABNT NBR ISO 10014:2008;
- e) ABNT NBR ISO 14001:2015;
- f) ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014;
- g) ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014;
- h) ABNT NBR ISO 26000:2010;
- i) ABNT NBR ISO 31000:2009;
- j) ABNT NBR ISO 50001:2011;
- k) ABNT NBR ISO 9001:2015;
- l) ABNT NBR ISO 9004:2010 Versão Corrigida:2010;

6.4.3.2. Legislação Ambiental e correlatas:

- a) Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- b) Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima;
- c) Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- d) Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- e) Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;
- f) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funciona;
- g) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- h) Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal;
- i) Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;
- j) Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;
- k) Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Proíbe o uso de amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública;
- l) Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

6.4.4. A empresa contratada deverá ainda, esclarecer e justificar, quando necessário, sobre:

6.4.4.1. A possibilidade de reutilizar ou redimensionar material já existente ou proveniente do desfazimento;

6.4.4.2. A utilização de matéria prima florestal com procedência verificada nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006;

6.4.4.3. A utilização de agregados reciclados que compõem os materiais, máquinas ou equipamentos que vierem a ser adquiridos;

6.4.4.4. Aos procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos em norma.

6.5. Transição Contratual:

6.5.1. Não se aplica ao contexto desta contratação.

6.6. Relevância dos requisitos estipulados:

6.6.1. A solução de serviços cuja contratação se pretende não possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, enquadrando-se, assim, na definição legal de obra de engenharia (inciso XII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021).

6.6.1.1. Considerando o art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, a seleção da empresa que prestará o serviço à Polícia Federal poderá ocorrer por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação.

6.6.2. Nas hipóteses contidas no Artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, há a previsão de Dispensa de Licitação para "*I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), no caso de **obras e serviços de engenharia** ou de serviços de manutenção de veículos automotores*". (Vide Decreto nº 12.343, de 2024) (grifo nosso)

6.6.3. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para a Reforma da edificação existente, se enquadrando, portanto, no conceito de obra de engenharia, conforme já exposto anteriormente.

6.6.4. Ainda nessa linha de raciocínio, e, considerando que o custo total estimado para a execução do objeto desta licitação é de R\$ 67.874,02 (sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e dois centavos), conforme item 9 deste documento, conclui-se que a modalidade a ser adotada para a presente licitação é a Dispensa Eletrônica de Licitação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades de serviços a serem contratados foram levantados com base em projetos executivos elaborados por profissionais de empresa contratada para este fim utilizado metodologia BIM, o que possibilitou a geração de quantitativos muito precisos, mas ressalta-se que ainda há áreas de reforma com baixa precisão.

7.2. A planilha completa e demais documentos serão detalhadas no Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 67.874,02

8.1. Os custos estimados do serviço foram apurados pelo setor técnico demandante, conforme Planilha de orçamento acostado no Documento SEI nº 40877768.

8.2. Com base nos quantitativos, foi elaborada, planilha orçamentária estimativa de custos da obra, chegando-se ao valor total de R\$ 67.874,02 (Sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e dois centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O art. 47, II, da Lei 14.133/2021, dispõe: "As licitações de serviços atenderão aos princípios (...) II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso".

9.2. O método utilizado para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação assegure, concomitantemente é o apresentado a seguir:

9.2.1. O parcelamento deverá ser técnica e economicamente viável:

9.2.1.1. No caso em tela, o parcelamento se mostra técnica e economicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução da obra, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra de demolição, fica impraticável o parcelamento da contratação.

9.2.2. O parcelamento não poderá acarretar em perda de escala:

9.2.2.1. O parcelamento do objeto desta contratação representa perda de economia de escala tendo em vista que os serviços são correlatos e dependentes. Os serviços previstos na execução da totalidade da obra devem ser executados em sequências lógicas, tendo em vista que um influencia no outro. Caso, por exemplo, se contrate a execução das fundações separada da estrutura, a não execução da primeira implicaria na impossibilidade de execução da segunda, gerando, deste modo, grandes prejuízos na execução da obra ou até mesmo a sua impossibilidade. Logo, o parcelamento dos serviços acarretaria em grande perda de escala na execução do objeto.

9.2.3. O parcelamento deverá gerar o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9.2.3.1. Os serviços pretendidos fazem parte do mesmo segmento de mercado das empresas especializadas, não implicando em restrição de competitividade.

9.3. Ainda nesse pensamento, seguem algumas justificativas para o não parcelamento do objeto (solução), destacando-se:

9.3.1. É lícito o agrupamento de itens a serem contratados por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si (Acórdão TCU nº 5.260/2011 – 1ª Câmara);

9.3.2. É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão TCU nº 5.301/2013 – 2ª Câmara);

9.3.3. É favorável o agrupamento em lotes com itens de mesmas características, para fins de licitação, como forma de conferir maior competitividade ao certame (Decisão TCU nº 393/1994 – Plenário e Acórdão TCU nº 808/2003 – Plenário);

9.3.4. O elevado número de procedimentos para seleção poderia tornar bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Dessa forma, para o caso concreto, a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica. (Acórdão TCU nº 5.310/2013 – Segunda Câmara);

9.3.5. Ainda, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, e que “a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto” (Acórdão TCU nº 732/2008);

9.3.6. Segundo Carvalho Carneiro acerca do conceito de viabilidade técnica e econômica, o mesmo informa que “a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão”.

9.3.7. O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que: “Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que,

na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".

9.3.8. Leciona, ainda, o Professor Jacoby que "a unicidade do objeto pode ser a sistemática mais adequada, pois mão de obra, materiais e equipamentos se licitados no processo tradicional, podem acarretar um possível descompasso entre os processos licitatórios, acarretando a solução de continuidade dos serviços e aumento do custo da gestão de diversos contratos, trazendo prejuízos à Administração e aos usuários". Além disso, "pela modalidade de solução integrada todos os investimentos são custeados pela empresa CONTRATADA, numa espécie de parceria público-privada na qual o investidor abarca o caráter empreendedor para prestar os serviços, liberando os servidores para o exercício das suas atividades fins".

9.3.9. Por fim, o ilustre mestre ainda discorre no mesmo Parecer mais algumas vantagens, tais como: a redução dos custos administrativos com várias licitações e dos custos gerenciais de vários contratos, maior possibilidade de negociação de preços com o pacote serviços + equipamentos, com a diminuição do valor estimado da licitação e taxa de administração, a eficiência dos equipamentos; a garantia da padronização dos serviços e o gerenciamento da logística de forma centralizada.

9.4. Resumidamente, pelo exposto, o parcelamento do objeto desta licitação mostra-se inviável tanto na área técnica quanto na econômica.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Plano Anual de Obras consolida as diretrizes e identifica as prioridades para obras e serviços de engenharia da PF, sendo peça fundamental para correta fruição do dinheiro público, sem a qual haveria incertezas quanto a utilização e destinação das verbas dispensadas ao PF. Com o surgimento da presente demanda, o Documento de Formalização da Demanda foi incluído no PAC/PGC 2025, na reabertura do sistema para novas contratações, ainda para o presente exercício.

11.2. O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2024/2027 prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

11.2.1. Pessoal motivado;

11.2.2. Apoio logístico efetivo;

11.2.3. Credibilidade mantida;

11.2.4. Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão;

11.2.5. Gestão de Obras e Infraestrutura.

11.3. Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior que um dos objetivos institucionais é a otimização do emprego de bens e recursos materiais, de forma a modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização com ações estratégicas em Gestão de obras e Infraestrutura – ampliando suas instalações e modernizando sua infraestrutura, na Gestão de Contratos – acompanhando e controlando sistematicamente a execução dos mesmos; nas compras – orientando, formalizando, executando e gerenciando as atividades de aquisição de bens e serviços, e na Gestão Patrimonial – desenvolvendo, sistematizando e implementando mecanismos de planejamento, padronização, controle e otimização de processos.

11.4. Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:

11.4.1. Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos Servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

11.4.2. Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.

11.5. É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, visando garantir o funcionamento correto e adequado e isso envolve inclusive a manutenção em perfeito estado da identidade visual de suas edificações através da manutenção das pinturas e revestimentos.

11.6. O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: “Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”

11.7. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Com relação à Reforma Reforma do 3º Andar do Edifício do BACEN, os resultados pretendidos são os seguintes:

12.1.1. A necessidade IMEDIATA de cumprimento do CONTRATO celebrado com o Banco Central, o qual norteia a devolução dos ambientes com os reparos necessários.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

13.1.1. O contrato está orientado para estreitar o relacionamento funcional entre a equipe de fiscalização da PF/CE, a empresa contratada e os usuários. Os servidores da Polícia Federal poderão ser indicados a fazer parte da comissão de fiscalização do contrato. O fiscal será auxiliado pelos servidores designados. A execução dos serviços é de competência da empresa contratada.

13.2. Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização:

13.2.1. Caso não haja servidores capacitados para a fiscalização da execução dos serviços nas unidades da PF em CE, deverão ser recrutados servidores de outras unidades para tal fim.

13.3. Mapa de Riscos, com os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo:

13.3.1. Mapa de riscos anexado ao processo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A construção civil é um dos setores que podem causar diversos impactos ambientais. Desde o consumo de recursos naturais para a produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, por exemplo.

14.2. Neste contexto, na elaboração dos projetos, os impactos ambientais serão mínimos ou até mesmo inexistentes, porém, na execução da obra, os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:

14.2.1. Geração de resíduos:

14.2.1.1. Por se tratar de uma obra de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana) existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.

14.2.1.2. A norma NBR 10.004, divide os resíduos em duas classes:

14.2.1.3. Classe I – resíduos perigosos;

14.2.1.4. Classe II - resíduos não perigosos.

14.2.1.5. Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.

14.2.2. Ruídos (poluição sonora):

14.2.2.1. Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras, mas não se resumem a elas. Durante a utilização da edificação haverá ocasiões onde serão acionadas sirenes das viaturas o que poderá ocasionar poluição sonora temporária.

14.2.2.2. É importante observar o Plano Diretor da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.

14.2.3. Aumento do consumo de energia

14.2.3.1. Durante a execução da obra poderá haver um consumo alto de energia com a utilização de equipamentos necessários a execução.

14.2.3.2. A utilização de equipamentos modernos e com alta eficiência podem amenizar este problema, além de uma gestão adequada da utilização de equipamentos elétricos no canteiro de obras.

14.2.4. Desperdício de água

14.2.4.1. Antes mesmo das obras ficarem prontas, é comum que haja um grande uso de água para diversos serviços, como a limpeza do canteiro, que comumente tem muita poeira e sujeira, e até para o cuidado com a saúde dos trabalhadores.

14.2.5. Mudanças em depósitos hídricos naturais

14.2.5.1. Devido a localização da obra onde existe a ocorrência de pedra a poucos metros da superfície, a obra pode afetar os lençóis aquáticos ou até a impermeabilização do solo. É importante que o projeto preveja soluções de modo a não impermeabilizar o solo, nem causar grandes mudanças no lençol freático local.

14.2.6. Poluição do solo

14.2.6.1. Por se tratar de obra de engenharia onde existe o depósito temporário de materiais, pode ocorrer a poluição do solo caso os mesmos sejam armazenados de forma inadequada. É importante existir um plano de armazenamento de materiais na obra durante toda a sua execução como forma de amenizar ou anular este impacto ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020, Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

15.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.3. Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada

manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

15.4. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GLAYDSON MINEIRO AZEVEDO

Membro da comissão de contratação

PAULO RICARDO PINHEIRO MACIEL

Membro da comissão de contratação

Despacho: Integrante Administrativo

MIGUEL RICARDO REBOUCAS COSTA

Membro da comissão de contratação

MAGDA MARTINS MAGALHAES

Agente de contratação

RENAN FURTADO LIMA

Agente de contratação